



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros realizou, no dia 16 de Agosto de 2022, a sua 28.^a Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Governo apreciou o Relatório Anual de Actividades do GIFiM, referente a 2021, a submeter à Assembleia da República.

O Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFiM), rege-se pela Lei n.º 2/ 2018, de 17 de Junho, cujo objectivo é contribuir para a protecção da integridade do sistema financeiro nacional, através do rastreio das transações financeiras suspeitas de consubstanciar actos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O relatório revela que em 2021, o GIFiM recebeu um total de 2.338 Comunicações de Operações Suspeitas (COS's), contra 3.350 em 2020 correspondentes a um valor monetário de 42.599.558.861,00MT (quarenta e dois biliões, quinhentos e noventa e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um meticais) contra 35,844,451.913.76MT (trinta e cinco biliões oitocentos e quarenta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e um mil novecentos e treze e setenta e seis centavos) que constitui o valor global de todas as comunicações de transações financeiras suspeitas e reportadas ao GIFiM pelas instituições financeiras durante o período em análise.

Ainda nesta Sessão, o Governo apreciou as informações sobre:

- A Matriz de Seguimento do Período Pós-Observação de Moçambique pelo Grupo de Acção Financeira (GAFI/FATF);
- O Contraditório ao Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado 2021.

Maputo, 16 de Agosto de 2022